PROBLEMATA
International Journal of Philosophy

Problemata - Revista Internacional de Filosofia
v. 17. n. 3 (2026), p. 159-172 ISSN 2236-8612
doi:10.7443/problemata.v17i3.79801

SOLIDARIEDADE E LIMITE: A RESPOSTA ÉTICA DE CAMUS AO SOFRIMENTO COLETIVO

SOLIDARITY AND LIMIT: CAMUS'S ETHICAL RESPONSE TO COLLECTIVE SUFFERING

Milene Fontes de Menezes Bispo[1]
Roberto Sávio Rosa[2]

Resumo:

O presente artigo analisa a solidariedade como resposta ética ao sofrimento coletivo no pensamento de Albert Camus. Partindo da experiência do absurdo desenvolvida em O Mito de Sísifo, investiga-se como a ausência de sentido transcendente não conduz ao niilismo, mas à formulação de uma ética fundada na lucidez, na revolta e na responsabilidade compartilhada. Em O Homem Revoltado, a revolta ultrapassa a esfera individual e torna-se reconhecimento de uma dignidade comum aos seres humanos, possibilitando a passagem do "eu" ao "nós". Nesse movimento, a solidariedade emerge como prática concreta de resistência diante da injustiça, da violência e da morte. O artigo examina ainda a noção camusiana de limite, entendida como princípio ético que impede a legitimação da violência em nome de fins absolutos. Por fim, analisa-se A Peste como expressão literária dessa ética solidária, especialmente por meio da atuação do Dr. Rieux, cuja ação evidencia o compromisso humano com o outro diante do sofrimento coletivo. Conclui-se que a solidariedade, articulada à revolta e ao limite, constitui em Camus uma forma de resistência ética capaz de afirmar a dignidade humana mesmo em um mundo marcado pelo absurdo.

Palavras-chave: solidariedade; revolta; limite; ética; sofrimento coletivo

Abstract:

This article analyzes solidarity as an ethical response to collective suffering in the philosophy of Albert Camus. Starting from the experience of the absurd developed in The Myth of Sisyphus, it investigates how the absence of transcendent meaning does not lead to nihilism but rather to the formulation of an ethics grounded in lucidity, revolt, and shared responsibility. In The Rebel, revolt transcends the individual sphere and becomes the recognition of a common human dignity, enabling the transition from the "I" to the "we." Within this movement, solidarity emerges as a concrete practice of resistance against injustice, violence, and death. The article also examines Camus's notion of limit, understood as an ethical principle that prevents the justification of violence in the name of absolute ends. Finally, The Plague is analyzed as the literary expression of this ethics of solidarity, especially through the figure of Dr. Rieux, whose actions embody a human commitment to others in the face of collective suffering. The study concludes that solidarity, articulated with revolt and limit, constitutes in Camus's thought a form of ethical resistance capable of affirming human dignity even in a world marked by the absurd.

Keywords: solidarity; revolt; limit; ethics; collective suffering

[1] Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PPGFIL UESC/UFSB. E-mail: myllahmenezes@gmail.com, Lattes: http://lattes.cnpq.br/1052335610012618
[2] Doutor em Filosofia e Hermenêutica Filosófica. Professor Titular Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH/UESC. Email: savio@uesc.br, Lattes: http://lattes.cnpq.br/7420657151915135

Introdução

A reflexão filosófica de Camus nasce da experiência de um mundo marcado pela ausência de sentido, pela violência e pela precariedade da existência humana. Em sua obra, o problema do absurdo é proveniente do confronto entre a necessidade humana de inteligibilidade e o silêncio indiferente do mundo. Diante dessa condição, impõe-se uma questão fundamental: como agir eticamente em meio ao sofrimento coletivo e à ausência de fundamentos transcendentes capazes de justificar a existência? Longe de conduzir à resignação ou ao niilismo absoluto, a filosofia camusiana procura responder a essa tensão por meio de uma ética da revolta e da solidariedade, fundada na experiência concreta da condição humana compartilhada.

Nesse contexto, a solidariedade ocupa lugar central no pensamento de Camus, configurando-se como uma resposta ética ao absurdo. Ao reconhecer a vulnerabilidade comum dos indivíduos diante da morte, da injustiça e da dor, o ser humano rompe o isolamento e descobre, na revolta, a possibilidade de uma comunidade fundada não em promessas metafísicas, mas na responsabilidade mútua. A revolta deixa, então, de ser apenas uma experiência individual para tornar-se afirmação de um valor universal: a dignidade humana. É nesse movimento que se realiza a passagem do "eu" ao "nós", elemento decisivo para a constituição de uma ética da resistência.

A atualidade dessa reflexão revela-se particularmente significativa diante das crises contemporâneas que atravessam a modernidade tardia. As experiências de violência política, guerras, epidemias, desigualdades sociais e diferentes formas de desumanização recolocam o problema do sofrimento coletivo e da responsabilidade ética em um cenário marcado pela fragmentação e pelo enfraquecimento de referenciais comuns.

Nesse horizonte, o pensamento de Camus apresenta-se como uma crítica tanto ao niilismo quanto às ideologias que legitimam a violência em nome de fins absolutos. Sua defesa da medida, do limite e da ação concreta em favor do outro constitui uma importante contribuição para o debate filosófico acerca da ética e da condição humana.

O presente artigo tem como objetivo analisar de que maneira a solidariedade, articulada às noções de revolta e limite, constitui uma resposta ética ao sofrimento coletivo em Camus. Para tanto, serão examinadas especialmente as obras O Mito de Sísifo, O Homem Revoltado e A Peste, consideradas fundamentais para compreender a passagem da experiência do absurdo à formulação de uma ética da solidariedade. Em *O Mito de Sísifo*, Camus desenvolve a consciência do absurdo e a recusa das soluções transcendentes; em *O Homem Revoltado*, elabora a revolta como fundamento ético e político; e, em *A Peste*, concretiza literariamente a solidariedade por meio da ação do Dr. Rieux diante do sofrimento coletivo.

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se em análise bibliográfica e interpretação filosófica das obras selecionadas, buscando evidenciar a coerência interna do pensamento camusiano no que se refere à relação entre absurdo, revolta, limite e solidariedade. A investigação parte da seguinte questão norteadora: de que maneira a solidariedade, associada à revolta e ao limite, constitui uma resposta ética ao sofrimento coletivo em Camus? A hipótese defendida sustenta que, mesmo diante da ausência de sentido último da existência, Camus afirma a possibilidade de uma ética fundada na lucidez, na responsabilidade

compartilhada e na recusa da violência absoluta, fazendo da solidariedade uma forma concreta de resistência humana.

O absurdo e a condição humana

A reflexão filosófica de Albert Camus acerca do absurdo parte da constatação de uma cisão fundamental entre o ser humano e o mundo. Em O Mito de Sísifo, o absurdo não é concebido como uma propriedade do mundo em si nem como uma característica exclusiva da consciência humana, mas como resultado do confronto entre a necessidade humana de sentido, ordem e clareza e o silêncio indiferente da realidade. O absurdo nasce, portanto, da tensão entre a busca humana por significado e a ausência de respostas últimas capazes de justificar a existência. Como afirma Camus, "o absurdo nasce desse confronto entre o apelo humano e o silêncio irracional do mundo" (CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*, 2022, p. 41).

Para Camus, a experiência do absurdo manifesta-se quando o homem percebe a ruptura entre seus hábitos cotidianos e a estranheza do mundo que o cerca. A rotina, aparentemente estável, é interrompida por uma consciência súbita da finitude, da morte e da inutilidade de explicações transcendentes. Nesse momento, o indivíduo descobre que o universo não oferece fundamentos absolutos para a existência humana. O mundo permanece insensível diante das perguntas humanas mais profundas, revelando a ausência de qualquer sentido transcendente pré-determinado. Nesse sentido, escreve Camus: "Num universo subitamente privado de ilusões e de luzes, o homem se sente estrangeiro" (CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*, 2022, p. 20).

O absurdo consiste, assim, em uma experiência de lucidez. Trata-se de uma tomada de consciência que dissolve ilusões metafísicas e obriga o homem a confrontar sua própria condição. Para Camus, a lucidez torna-se fundamental para sustentar o absurdo, pois impede tanto a fuga para esperanças transcendentes quanto a negação da realidade concreta. O homem absurdo é aquele que permanece consciente da ausência de sentido último e, ainda assim, recusa abandonar a existência. Nesse sentido, absurdo, lucidez e consciência constituem conceitos inseparáveis no pensamento de Camus. Conforme afirma o filósofo: "A consciência e a revolta, essas recusas, são o contrário da renúncia" (CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*, 2022, p. 54).

A consciência do absurdo não conduz imediatamente à destruição da vida, mas inaugura uma nova relação entre o homem e o mundo. Ao reconhecer a precariedade da existência e a impossibilidade de uma verdade absoluta, o indivíduo passa a viver sem ilusões metafísicas. O absurdo não elimina a vida; ao contrário, redefine a maneira de habitá-la. A experiência absurda torna-se, portanto, o ponto de partida de uma reflexão ética fundada na lucidez e na fidelidade à existência concreta.

O suicídio filosófico e a recusa das soluções metafísicas

Diante da constatação do absurdo, Camus identifica duas formas principais de evasão: o suicídio físico e aquilo que denomina "suicídio filosófico". Enquanto o primeiro representa a recusa literal da vida, o segundo consiste na tentativa de restaurar artificialmente um sentido transcendente para a existência. Em ambos os casos, há uma fuga diante da lucidez exigida pela experiência absurda. Logo no

início de *O Mito de Sísifo*, Camus declara: "Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio" (CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*, 2022, p. 17).

Camus dirige sua crítica especialmente às filosofias que, ao reconhecerem os limites da razão humana, acabam recorrendo a algum tipo de transcendência. Entre os interlocutores importantes nesse debate encontra-se Søren Kierkegaard. Embora admire a intensidade existencial do pensador dinamarquês, Camus rejeita o "salto" religioso proposto por Kierkegaard. Para este, o absurdo conduz à fé; para Camus, porém, tal movimento representa uma ruptura com a lucidez, pois substitui a ausência de sentido por uma esperança transcendental incapaz de ser racionalmente sustentada. Ao comentar essa postura, Camus afirma que Kierkegaard "faz do absurdo o critério do outro mundo, quando ele é apenas o resíduo da experiência deste mundo" (CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*, 2022, p. 48).

Ao criticar o salto religioso, Camus não pretende negar a importância histórica ou existencial da fé, mas recusa qualquer solução que abandone a tensão própria do absurdo. O pensamento absurdo exige permanecer no conflito sem suprimi-lo por meio de promessas metafísicas. Nesse sentido, a esperança transcendente aparece como uma forma de evasão diante da condição humana concreta. A lucidez exige, portanto, que o homem permaneça fiel à ausência de respostas definitivas.

O diálogo com Friedrich Nietzsche também se mostra relevante. Assim como Nietzsche, Camus reconhece a morte dos valores absolutos e a crise das fundamentações metafísicas da modernidade. Ambos denunciam o esvaziamento dos sentidos transcendentes que sustentavam a cultura ocidental. Em A Gaia Ciência, Nietzsche escreve: "Deus está morto" (NIETZSCHE, 2001, p. 125), indicando a dissolução das referências metafísicas tradicionais da cultura europeia. Contudo, enquanto Nietzsche vislumbra a possibilidade de uma transvaloração dos valores, Camus concentra-se na manutenção da lucidez diante da ausência de fundamentos últimos. Sua preocupação central não é reconstruir novos absolutos, mas preservar a dignidade humana em um mundo desprovido de sentido transcendental.

A recusa das soluções metafísicas constitui, portanto, uma exigência ética da filosofia camusiana. Permanecer lúcido significa aceitar os limites da condição humana sem recorrer a justificativas transcendentes que eliminem o conflito entre homem e mundo. O pensamento absurdo exige fidelidade ao real, mesmo quando este se apresenta sob a forma da contingência, da finitude e da ausência de sentido.

A permanência no mundo: viver apesar do absurdo

Se o absurdo revela a ausência de fundamentos absolutos, a questão decisiva torna-se a seguinte: como viver sem sentido transcendente? A resposta de Camus consiste na recusa simultânea do suicídio e da esperança metafísica. Em vez da fuga, o filósofo propõe a permanência consciente no mundo. Viver apesar do absurdo significa assumir a existência em sua precariedade, sem negar a lucidez conquistada pela consciência absurda.

Nesse contexto, a revolta surge como primeira resposta propriamente humana ao absurdo. A revolta não elimina o sofrimento nem resolve definitivamente a contradição entre homem e mundo, mas expressa a recusa em submeter-se passivamente ao vazio da existência. Revoltar-se significa afirmar a vida mesmo diante de sua ausência de sentido último. Trata-se de uma fidelidade à experiência concreta da existência humana. Em O Homem Revoltado, Camus

afirma: "A revolta nasce do espetáculo da desrazão diante de uma condição injusta e incompreensível" (CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*, 1996, p. 21).

Em Camus, essa fidelidade não depende de fundamentos transcendentes. A dignidade humana não deriva de uma essência metafísica nem de promessas de salvação futura, mas da própria condição compartilhada dos homens diante da morte, do sofrimento e da finitude. A consciência do absurdo, longe de destruir o valor da existência, torna possível uma ética fundada na lucidez e na responsabilidade humana.

A figura de Sísifo simboliza precisamente essa permanência no mundo. Condenado a repetir eternamente uma tarefa inútil, Sísifo reconhece a inutilidade de seu destino, mas não se entrega ao desespero. Sua grandeza consiste na consciência de sua condição e na recusa em abandonar a própria existência. Ao imaginar Sísifo feliz, Camus afirma que a dignidade humana pode emergir mesmo em um universo privado de sentido transcendente. O encerramento de *O Mito de Sísifo* sintetiza essa posição: "É preciso imaginar Sísifo feliz" (CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*, 2022, p. 123).

Dessa forma, o absurdo não conduz necessariamente ao niilismo. Ao contrário, a experiência absurda prepara o terreno para uma ética da revolta. A recusa das ilusões metafísicas e a permanência lúcida no mundo tornam possível uma forma de resistência humana fundada na solidariedade, na responsabilidade compartilhada e na afirmação concreta da vida. É precisamente desse movimento que nascerá, posteriormente, a reflexão camusiana acerca da revolta coletiva e da ética do limite.

Revolta e solidariedade: do "eu" ao "nós"

A reflexão de Albert Camus acerca da revolta representa um desdobramento decisivo de sua filosofia do absurdo. Se em O Mito de Sísifo o filósofo parte da experiência individual da consciência absurda, em O Homem Revoltado a análise desloca-se para a dimensão ética e coletiva da existência humana. A revolta deixa de ser apenas a resposta individual ao absurdo para tornar-se reconhecimento de uma condição compartilhada entre os homens. É nesse movimento que se realiza a passagem do "eu" ao "nós".

> Na experiência do absurdo, o sofrimento é individual. A partir do movimento de revolta, ele ganha a consciência de ser coletivo, é a aventura de todos. O primeiro avanço da mente que se sente estranha é, portanto, reconhecer que ela compartilha esse sentimento com todos os homens, e que a realidade humana, em sua totalidade, sofre com esse distanciamento em relação a si mesma e ao mundo. (CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*, 1996, p. 35)

Camus define a revolta como um ato de recusa diante de uma condição considerada intolerável. O revoltado diz "não" à injustiça, à humilhação e à violência; contudo, ao negar aquilo que o oprime, afirma simultaneamente a existência de um valor que considera digno de ser preservado. A revolta possui, portanto, um caráter ambíguo: ela é negação e afirmação ao mesmo tempo. Ao insurgir-se contra a opressão, o indivíduo reconhece implicitamente a existência de uma dignidade comum aos seres humanos.

Nesse sentido, a célebre formulação camusiana — "Eu me revolto, logo existimos." (CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*, 1996, p. 35) — expressa a dimensão solidária da revolta. Diferentemente do cogito cartesiano, fundado na

interioridade do sujeito isolado, a revolta revela imediatamente a presença do outro. O sofrimento e a injustiça experimentados individualmente tornam-se reconhecimento de uma condição coletiva. Segundo Camus, "a revolta nasce do espetáculo da desrazão diante de uma condição injusta e incompreensível" (CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*, 1996, p. 35). A experiência da revolta rompe, assim, o isolamento do indivíduo e inaugura um vínculo ético entre os homens.

A passagem da experiência individual para a coletiva ocorre porque o revoltado percebe que a violência sofrida por si mesmo ameaça igualmente a humanidade do outro. A revolta não reivindica apenas um direito particular, mas afirma um limite que não deve ser ultrapassado. Ao defender sua própria dignidade, o homem revoltado reconhece a dignidade compartilhada de todos os seres humanos. Dessa forma, a revolta torna-se fundamento de solidariedade.

A solidariedade camusiana não decorre de uma essência metafísica nem de um princípio transcendente universal. Ela nasce da experiência concreta da vulnerabilidade comum. Os homens aproximam-se porque compartilham a mesma condição de finitude, sofrimento e exposição à morte. A revolta, portanto, possui um alcance ético universal precisamente porque emerge da experiência humana concreta e histórica.

A partir da revolta, Camus desenvolve uma concepção de solidariedade fundada na responsabilidade compartilhada diante do sofrimento coletivo. Em sua filosofia, a solidariedade não constitui um ideal abstrato ou utópico, mas uma prática ética concreta que surge do reconhecimento da fragilidade comum da condição humana. O sofrimento do outro deixa de ser percebido como algo distante e passa a exigir uma resposta ética imediata.

A experiência histórica do século XX exerce papel fundamental nessa elaboração filosófica. As guerras, os regimes totalitários e a violência política revelaram, para Camus, os perigos das ideologias que sacrificam vidas humanas em nome de futuros absolutos. Diante desse cenário, a solidariedade emerge como resistência concreta contra a desumanização. Em vez de justificar a violência em nome da história ou da revolução, Camus insiste na necessidade de preservar a dignidade humana no presente.

A solidariedade camusiana manifesta-se especialmente na recusa da indiferença. Reconhecer o sofrimento do outro implica assumir responsabilidade diante dele. Essa responsabilidade não depende de fundamentos religiosos ou transcendentes, mas da consciência de uma condição compartilhada. Como afirma Camus, "há nos homens mais coisas a admirar do que a desprezar" (CAMUS, Albert. *A Peste*, 2019, p. 308). A frase sintetiza a confiança ética do filósofo na possibilidade de resistência humana mesmo em situações extremas.

Em A Peste, essa ética solidária concretiza-se na atuação do Dr. Rieux. Diante da epidemia que assola Orã, o personagem escolhe lutar contra a doença mesmo sabendo da impossibilidade de uma vitória definitiva. Sua ação não se fundamenta em esperança transcendental, mas em um compromisso humano com aqueles que sofrem. Rieux afirma que o essencial é "fazer o seu trabalho" (CAMUS, Albert. *A Peste*, 2019, p. 132), revelando uma ética da responsabilidade cotidiana.

A solidariedade, em Camus, possui caráter profundamente concreto. Ela não se projeta em promessas futuras de redenção histórica nem em utopias políticas totalizantes. Trata-se de uma ética do presente, fundada na ação imediata diante da injustiça e do sofrimento. A resistência cotidiana — cuidar dos doentes, combater a violência, preservar vidas humanas — torna-se expressão máxima da dignidade humana em um mundo marcado pelo absurdo.

Desse modo, a solidariedade aparece como resposta ética ao sofrimento coletivo precisamente porque reconhece os limites da condição humana sem abandonar o compromisso com o outro. Em vez de negar o absurdo, Camus procura construir, a partir dele, uma forma de convivência baseada na responsabilidade mútua e na defesa concreta da vida humana.

Embora a revolta constitua uma afirmação da dignidade humana, Camus reconhece que ela pode degenerar em violência destrutiva quando perde de vista seus próprios limites. Em *O Homem Revoltado*, o filósofo desenvolve uma crítica contundente às ideologias revolucionárias que legitimam o assassinato em nome de fins históricos absolutos. Quando a revolta abandona a defesa concreta da vida humana e transforma-se em justificativa para o terror, ela converte-se em niilismo.

Para Camus, o niilismo moderno manifesta-se justamente na tentativa de justificar toda violência em nome de uma verdade absoluta — seja religiosa, política ou histórica. Os regimes totalitários do século XX representam, nesse sentido, a radicalização desse processo. Ao sacrificar indivíduos concretos em nome de um futuro idealizado, tais sistemas anulam precisamente aquilo que a revolta deveria proteger: a dignidade humana.

A crítica camusiana aproxima-se, nesse ponto, das análises de Hannah Arendt acerca do totalitarismo e da violência política. Assim como Arendt identifica nos regimes totalitários a destruição da pluralidade humana e da responsabilidade moral, Camus denuncia a lógica ideológica que transforma homens em instrumentos de projetos absolutos. Ambos os autores reconhecem que a violência ilimitada nasce da recusa dos limites éticos.

É nesse contexto que emergem os conceitos de medida e limite, centrais para a ética camusiana. A revolta autêntica não reivindica poder ilimitado; ela reconhece a existência de fronteiras morais que não podem ser ultrapassadas. Para Camus, "o homem revoltado recusa a divindade para compartilhar as lutas e o destino comuns" (CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*, 1996, p. 347). A recusa da transcendência absoluta implica também a recusa da violência absoluta.

A noção de medida, frequentemente associada por Camus à tradição mediterrânea, expressa precisamente essa exigência de moderação ética. Contra os excessos ideológicos da modernidade, o filósofo propõe uma ética fundada no equilíbrio, na contenção e no respeito à vida humana concreta. A revolta legítima é aquela que permanece fiel à dignidade humana e se recusa a transformar o assassinato em princípio político.

Desse modo, a filosofia camusiana procura estabelecer uma distinção decisiva entre revolta e niilismo. Enquanto o niilismo destrói todos os valores e legitima a violência ilimitada, a revolta autêntica afirma limites éticos inegociáveis. A solidariedade nasce precisamente dessa fidelidade à condição humana compartilhada. Ao reconhecer que nenhum ideal justifica a destruição da vida humana, Camus prepara o terreno para uma ética da resistência fundada na responsabilidade, na medida e na defesa concreta do outro.

A política do limite em Camus

A reflexão ética de Camus desenvolve-se a partir da recusa de toda forma de absolutismo político ou metafísico. Em *O Homem Revoltado*, o filósofo procura demonstrar que grande parte da violência moderna nasce da tentativa de legitimar o assassinato em nome de ideais históricos considerados absolutos. Contra essa

lógica, Camus propõe uma política do limite, fundada na preservação da dignidade humana e na contenção da violência.

A crítica camusiana dirige-se especialmente às revoluções que, ao prometerem uma redenção futura da humanidade, acabam justificando o terror no presente. Segundo o filósofo, quando a história é elevada à condição de valor supremo, os indivíduos concretos tornam-se sacrificáveis. Em nome de um futuro idealizado, admite-se a suspensão dos limites éticos e a banalização da morte. Camus identifica nesse movimento a transformação da revolta em niilismo político.

A recusa do princípio segundo o qual "os fins justificam os meios" constitui, portanto, um dos núcleos centrais de sua ética. Para Camus, nenhuma causa histórica possui legitimidade suficiente para autorizar a destruição ilimitada da vida humana. A revolta autêntica deve reconhecer fronteiras morais que não podem ser ultrapassadas. Como afirma o autor, "a liberdade absoluta zomba da justiça. A justiça absoluta nega a liberdade. Para serem fecundas, as duas noções devem encontrar seus limites uma na outra" (CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*, 1996, p. 319).

A noção de limite aparece, assim, como fundamento ético indispensável. O limite impede que a revolta se converta em tirania e que a luta contra a opressão reproduza novas formas de violência. Trata-se de reconhecer que a condição humana é marcada pela finitude e que nenhuma verdade histórica ou metafísica autoriza o domínio absoluto sobre os outros. A ética do limite nasce precisamente da consciência dessa fragilidade compartilhada.

Nesse contexto, Camus desenvolve aquilo que frequentemente denomina "pensamento mediterrâneo", associado à ideia de medida. Em oposição aos excessos ideológicos da modernidade europeia, o filósofo valoriza a moderação, o equilíbrio e a recusa dos extremos. A medida mediterrânea não significa resignação passiva, mas resistência à violência ilimitada e fidelidade à vida concreta. Trata-se de preservar a dignidade humana mesmo em meio aos conflitos históricos.

A crítica às revoluções absolutas decorre diretamente dessa perspectiva. Camus reconhece a legitimidade da revolta contra a injustiça; contudo, rejeita qualquer revolução que transforme o assassinato em princípio político. Quando a história passa a justificar toda violência, a própria humanidade torna-se ameaçada. Por isso, a política do limite busca preservar aquilo que há de irredutível no ser humano: sua dignidade concreta e sua vulnerabilidade comum.

A ética camusiana não se limita a uma crítica teórica da violência. Sua filosofia exige igualmente uma prática concreta de resistência diante do sofrimento humano. Em vez de esperar por uma redenção futura da história ou por uma salvação transcendental, Camus enfatiza a necessidade da ação imediata no presente. O valor ético da ação não depende da garantia de sucesso definitivo, mas do compromisso humano assumido diante da dor e da injustiça.

Essa perspectiva decorre diretamente da experiência do absurdo. Se não existe um sentido transcendente capaz de justificar a existência, resta ao homem construir, no interior da própria condição humana, formas concretas de solidariedade e responsabilidade. A ausência de esperança metafísica não conduz à inércia; ao contrário, torna ainda mais urgente o compromisso ético com o outro.

Em Camus, a responsabilidade moral nasce precisamente da consciência da fragilidade compartilhada entre os homens. A ação ética consiste em combater, na medida do possível, aquilo que ameaça a vida humana: a violência, a injustiça, a doença e a morte. Trata-se de uma ética prática, fundada menos em sistemas abstratos do que na experiência concreta do sofrimento.

Essa dimensão aparece de maneira exemplar em *A Peste*. Diante da epidemia que atinge Orã, os personagens são confrontados com a necessidade de agir sem qualquer garantia de vitória definitiva. O Dr. Rieux, principal figura ética do romance, combate a peste não porque acredita em uma redenção final da humanidade, mas porque considera intolerável permanecer indiferente ao sofrimento alheio. Sua ação fundamenta-se em um dever humano concreto.

Ao afirmar que "a única maneira de lutar contra a peste é a honestidade" (CAMUS, Albert. *A Peste*, 2019, p. 136), Rieux expressa o núcleo da ética camusiana. A honestidade, nesse contexto, significa fidelidade à realidade humana concreta e recusa das ilusões ideológicas ou metafísicas. Agir eticamente consiste em assumir responsabilidade diante do sofrimento presente, ainda que a vitória definitiva seja impossível.

A ação imediata contra o sofrimento possui, portanto, valor ético em si mesma. Mesmo sem promessas de redenção histórica ou transcendental, o homem pode afirmar sua dignidade por meio do cuidado com o outro e da resistência à desumanização. A ética camusiana desloca o centro da moralidade das abstrações metafísicas para o compromisso concreto com a vida humana.

A solidariedade constitui a expressão mais profunda da política do limite em Camus. Em um mundo marcado pelo absurdo, pela morte e pela violência, os homens descobrem na experiência compartilhada do sofrimento a possibilidade de resistência comum. A solidariedade não elimina o absurdo da condição humana, mas impede que ele conduza ao desespero absoluto ou à indiferença moral.

A resistência à morte ocupa lugar central nessa reflexão. Em Camus, a morte representa a expressão máxima da condição absurda, pois revela os limites incontornáveis da existência humana. Contudo, reconhecer a inevitabilidade da morte não significa aceitá-la passivamente. A solidariedade nasce precisamente da tentativa de proteger a vida humana mesmo sabendo de sua fragilidade inevitável.

Ao lado da resistência à morte, a solidariedade também se apresenta como resistência ao niilismo. Contra as filosofias e ideologias que transformam a ausência de sentido em justificativa para a destruição indiscriminada, Camus afirma a necessidade de preservar valores humanos concretos. A dignidade humana não depende de fundamentos transcendentes; ela emerge da própria experiência compartilhada da vulnerabilidade e da finitude.

A solidariedade é igualmente resistência à indiferença. O homem revoltado recusa permanecer passivo diante da injustiça e do sofrimento coletivo. Em vez de aceitar a lógica da violência ou da resignação, ele escolhe agir em favor dos outros, reconhecendo neles a mesma condição humana que experimenta em si próprio. Como escreve Camus, "revolto-me, logo existimos" (CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*, 1996, p. 36). A revolta conduz inevitavelmente ao reconhecimento do outro e à construção de vínculos solidários.

Essa solidariedade, entretanto, não assume a forma de um ideal utópico de reconciliação definitiva da humanidade. Trata-se de uma fraternidade trágica, consciente dos limites da existência e da impossibilidade de eliminar completamente o sofrimento humano. Ainda assim, é precisamente nessa consciência dos limites que reside sua força ética. A solidariedade camusiana não promete salvação; ela oferece resistência.

A política do limite encontra sua concretização literária mais significativa em *A Peste*. No romance, a luta coletiva contra a epidemia simboliza a resistência humana diante do absurdo, da morte e da desumanização. A cidade de Orã torna-se

espaço privilegiado para a manifestação da solidariedade como prática ética concreta, tema que será desenvolvido no capítulo seguinte.

A Peste e a concretização da ética solidária

Em A Peste, Albert Camus realiza a concretização literária de muitos dos problemas filosóficos desenvolvidos em suas obras ensaísticas. O romance ultrapassa a descrição de uma epidemia localizada para constituir uma profunda reflexão sobre a condição humana, o sofrimento coletivo e as formas de resistência ética diante do absurdo. A peste torna-se, assim, uma metáfora do mal que atravessa a experiência histórica humana, especialmente das violências e desumanizações do século XX.

A narrativa inicia-se com o surgimento inesperado de ratos mortos na cidade argelina de Orã. Pouco a pouco, a epidemia instala-se e rompe a normalidade cotidiana, revelando a fragilidade das estruturas sociais e das certezas humanas. A peste impõe aos habitantes a experiência concreta da morte, da separação e do medo, obrigando-os a confrontar os limites da existência. O sofrimento deixa de ser um acontecimento individual para assumir dimensão coletiva.

Nesse contexto, o romance expressa de maneira exemplar a experiência absurda descrita em O Mito de Sísifo. Assim como o absurdo nasce do confronto entre o desejo humano de sentido e o silêncio do mundo, a peste evidencia a ausência de qualquer ordem moral transcendente capaz de justificar o sofrimento humano. A epidemia atinge indistintamente inocentes e culpados, crianças e adultos, sem obedecer a critérios de justiça ou finalidade.

A cidade de Orã transforma-se, portanto, em espaço de revelação da condição humana. O isolamento imposto pela peste rompe os vínculos habituais da vida social e expõe os indivíduos à experiência radical da finitude. Segundo Camus, “a peste não está à medida do homem; portanto, dizemos que a peste é irreal, é um pesadelo que vai passar. Mas nem sempre passa, e, de um pesadelo a outro, são os homens que passam” (CAMUS, Albert. *A Peste*, 2019, p. 41). A passagem evidencia a precariedade da existência humana diante de forças que escapam ao controle racional.

Ao mesmo tempo, a peste simboliza também os mecanismos históricos de violência coletiva. Diversos intérpretes associam o romance à experiência do totalitarismo e da ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a epidemia representa não apenas uma doença biológica, mas todas as formas de desumanização que ameaçam a convivência humana. A peste torna-se imagem do mal político e moral que pode instalar-se silenciosamente no interior das sociedades.

Contudo, é precisamente diante desse cenário de sofrimento coletivo que emerge a possibilidade da solidariedade. A experiência compartilhada do absurdo aproxima os indivíduos e os obriga a reconhecer sua condição comum. A peste revela simultaneamente a vulnerabilidade humana e a necessidade de resistência coletiva. O romance torna-se, assim, uma reflexão sobre a possibilidade de uma ética fundada não em promessas transcendentes, mas na responsabilidade humana diante da dor compartilhada.

Entre as personagens do romance, o Dr. Bernard Rieux ocupa posição central como expressão da ética camusiana da solidariedade. Médico da cidade de Orã e narrador da obra, Rieux representa a figura daquele que escolhe agir diante

do sofrimento humano sem recorrer a justificativas metafísicas ou esperanças transcendentais. Sua atuação constitui uma ética prática fundada na responsabilidade concreta perante o outro.

Desde o início da epidemia, Rieux reconhece a gravidade da situação e decide dedicar-se integralmente ao combate da peste. Contudo, sua ação não deriva da crença em uma redenção definitiva da humanidade nem da expectativa de vitória absoluta contra a morte. O médico sabe que a peste pode retornar e que o sofrimento humano jamais será completamente eliminado. Ainda assim, considera intolerável permanecer indiferente.

A postura de Rieux expressa aquilo que Camus entende por honestidade. Em um dos trechos centrais do romance, o médico afirma que "a única maneira de lutar contra a peste é a honestidade" (CAMUS, Albert. *A Peste*, 2019, p. 136). Questionado sobre o significado dessa honestidade, responde: "não sei o que ela é em geral. Mas, no meu caso, sei que consiste em fazer o meu trabalho" (CAMUS, Albert. *A Peste*, 2019, p. 136). A honestidade, portanto, não corresponde a uma virtude abstrata, mas ao compromisso concreto com o cuidado humano.

A ética de Rieux caracteriza-se precisamente pela recusa das ilusões transcendentes. Diferentemente de perspectivas religiosas que interpretam a peste como punição divina ou prova espiritual, o médico concentra-se na ação imediata contra o sofrimento. Sua preocupação central não é explicar metafisicamente o mal, mas aliviar concretamente a dor dos doentes. Nesse sentido, Rieux encarna a fidelidade camusiana ao mundo humano e à responsabilidade presente.

O dever humano, em Camus, não deriva de mandamentos absolutos, mas do reconhecimento da vulnerabilidade compartilhada entre os homens. Rieux age porque reconhece nos outros a mesma fragilidade que experimenta em si próprio. O sofrimento do outro exige resposta ética imediata. A solidariedade manifesta-se, assim, como cuidado concreto diante da precariedade da vida.

Além disso, a atuação de Rieux revela uma resistência silenciosa contra o absurdo. Mesmo sabendo da impossibilidade de derrotar definitivamente a morte, ele continua lutando. Sua ação não pretende eliminar a condição absurda da existência, mas impedir que ela produza indiferença ou desumanização. A dignidade humana afirma-se justamente na perseverança da ação ética apesar da ausência de garantias transcendentais.

Ao longo do romance, a peste produz uma transformação profunda na relação entre os habitantes de Orã. Inicialmente marcados pelo isolamento, pela negação da gravidade da epidemia e pelo individualismo cotidiano, os personagens passam gradualmente a reconhecer a dimensão coletiva do sofrimento humano. A experiência compartilhada da morte contribui para a formação de um "nós", elemento fundamental da ética solidária camusiana.

A comunidade que surge em Orã não é fundada em ideais abstratos de fraternidade universal, mas na experiência concreta da vulnerabilidade comum. A peste revela que todos os homens estão igualmente expostos ao sofrimento e à finitude. É precisamente esse reconhecimento que torna possível o surgimento de vínculos solidários. A fraternidade camusiana possui, portanto, caráter profundamente trágico: ela nasce da consciência dos limites da condição humana.

Entre as personagens que contribuem para essa formação comunitária, Jean Tarrou ocupa posição significativa. Tarrou participa ativamente das equipes sanitárias organizadas para combater a epidemia e compartilha com Rieux a convicção de que é necessário resistir à morte e à violência. Sua reflexão sobre a peste ultrapassa a doença biológica e alcança uma dimensão moral e política. Para

Tarrou, todos os homens carregam em si a possibilidade da peste, isto é, da violência e da destruição. Por isso, afirma ser necessário lutar continuamente contra aquilo que desumaniza.

Raymond Rambert, por sua vez, representa inicialmente a tentativa de fuga individual diante da tragédia coletiva. Jornalista estrangeiro preso em Orã pela quarentena, Rambert deseja abandonar a cidade para reencontrar a mulher amada. Contudo, ao longo da narrativa, compreende que não pode buscar sua felicidade individual ignorando o sofrimento coletivo. Sua permanência em Orã simboliza a passagem do interesse privado para o compromisso solidário. Em determinado momento, Rambert reconhece que "pode haver vergonha em ser feliz sozinho" (CAMUS, Albert. *A Peste*, 2019, p. 230).

Em contraste com Rieux e Tarrou, o padre Paneloux oferece uma interpretação religiosa da epidemia. Em seu primeiro sermão, apresenta a peste como castigo divino pelos pecados humanos. Entretanto, após testemunhar a morte dolorosa de uma criança inocente, sua posição torna-se mais ambígua e hesitante. A experiência concreta do sofrimento abala suas certezas teológicas e revela os limites das explicações metafísicas diante da dor humana.

A comparação entre essas personagens evidencia diferentes respostas possíveis ao absurdo e ao sofrimento coletivo. Rieux encarna a ética da ação concreta; Tarrou, a consciência moral da necessidade de resistência; Rambert, a transformação ética produzida pela solidariedade; e Paneloux, o confronto entre fé religiosa e sofrimento inocente. Juntas, essas figuras compõem o horizonte ético do romance.

Ao final da obra, Camus reafirma que a peste jamais desaparece definitivamente. O bacilo permanece latente, podendo retornar a qualquer momento. Essa conclusão impede qualquer interpretação triunfalista da narrativa. A solidariedade humana não elimina definitivamente o mal, mas constitui uma forma permanente de resistência contra a morte, a violência e a indiferença. Em *A Peste*, a ética do limite encontra sua expressão mais concreta: agir em favor dos outros apesar da fragilidade inevitável da condição humana.

Conclusão

A reflexão filosófica de Albert Camus acerca do absurdo conduz não à negação da vida, mas à formulação de uma ética fundada na lucidez, na revolta e na solidariedade. Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar que, diante da ausência de sentido transcendente e da inevitabilidade do sofrimento humano, Camus recusa tanto a resignação niilista quanto as soluções metafísicas que procuram justificar a existência por meio de absolutos religiosos, históricos ou políticos. Sua filosofia permanece radicalmente vinculada à condição concreta do homem no mundo.

Partindo da experiência do absurdo desenvolvida em O Mito de Sísifo, observou-se que o confronto entre o desejo humano de sentido e o silêncio indiferente do mundo inaugura uma consciência marcada pela lucidez. Contudo, essa consciência não conduz necessariamente ao desespero. Ao contrário, a recusa do suicídio físico e do "suicídio filosófico" torna possível a permanência no mundo e a fidelidade à existência concreta. A revolta surge, nesse contexto, como primeira resposta humana ao absurdo.

Em O Homem Revoltado, a revolta adquire dimensão ética e coletiva. O movimento do "eu" ao "nós" revela que a experiência da injustiça não permanece restrita à interioridade individual, mas conduz ao reconhecimento de uma dignidade humana compartilhada. A solidariedade emerge, então, como resposta ética ao sofrimento coletivo. Ao reconhecer no outro a mesma vulnerabilidade e exposição à morte que experimenta em si próprio, o homem revoltado funda uma comunidade humana baseada na responsabilidade mútua.

O trabalho também procurou evidenciar que a ética camusiana se estrutura a partir da noção de limite. Contra as ideologias que legitimam a violência em nome de fins absolutos, Camus afirma a necessidade de preservar fronteiras éticas inegociáveis. A crítica ao princípio segundo o qual "os fins justificam os meios" constitui elemento decisivo de sua filosofia política. A política do limite impede que a revolta se converta em tirania e preserva aquilo que permanece irredutível na condição humana: a dignidade concreta de cada indivíduo.

Nesse sentido, a ética camusiana valoriza profundamente a ação concreta diante do sofrimento. Mesmo sem esperança de redenção definitiva da história ou da existência, a ação humana conserva valor ético. Em A Peste, essa perspectiva encontra sua expressão literária mais significativa. A atuação do Dr. Rieux demonstra que resistir ao sofrimento, cuidar dos outros e combater a desumanização constituem formas legítimas de afirmação da dignidade humana em um mundo marcado pelo absurdo. A solidariedade aparece, assim, não como promessa utópica, mas como prática cotidiana de resistência.

A atualidade do pensamento de Camus revela-se particularmente relevante diante das crises contemporâneas. Em um contexto atravessado por guerras, desigualdades sociais, extremismos políticos, crises sanitárias e diferentes formas de violência coletiva, a filosofia camusiana oferece importante contribuição para a reflexão ética e política contemporânea. Sua defesa da medida, da responsabilidade compartilhada e da solidariedade concreta permanece como contraponto às lógicas de destruição e indiferença que continuam ameaçando a convivência humana.

Dessa forma, a obra de Camus reafirma que, mesmo em um universo privado de sentido transcendente, os homens podem construir formas de resistência ética fundadas na lucidez e na solidariedade. A revolta, longe de conduzir ao niilismo, torna-se afirmação da dignidade humana e possibilidade de uma comunidade fundada no cuidado mútuo. Em meio ao absurdo da existência, permanece ainda a possibilidade da responsabilidade compartilhada e da resistência humana diante do sofrimento coletivo.

Referências

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMUS, Albert. **A Peste.** Tradução de Valerie Rumjanek. 26ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CAMUS, Albert. **O Homem Revoltado.** Tradução de Valerie Rumjanek. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo.** 27ª ed. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: Record, 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em: 04/2026
Aprovado em: 07/2026